



RECOMENDAÇÃO

Respostas ao aumento da pobreza

Considerando que:

1. Uma análise dos dados do INE e uma leitura dos relatórios de entidades como o Observatório das Desigualdades, o Observatório da Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, a Caritas, etc, revelam, ao longo dos últimos 4 anos, uma degradação acentuada dos indicadores sociais, traduzida num aumento da pobreza;
2. Segundo o Relatório da Crise da Cáritas Europa 2015 – “O aumento da pobreza e das desigualdades – Modelos sociais justos são necessários para a solução” - , “Portugal foi o país em que mais aumentou o risco de pobreza e exclusão social em 2014, logo seguido pela Grécia, que é apresentado esta quarta-feira em Lisboa;
3. Segundo Carlos Farinha Rodrigues, professor do ISEG, “uma das consequências mais dramáticas da crise económica e das políticas seguidas nos anos recentes foi o forte agravamento do número de crianças e jovens em situação de pobreza: a taxa de pobreza das crianças e dos jovens aumentou, entre 2009 e 2013, mais de três pontos percentuais passando de 22,4% para 25,6%.” E diz o mesmo estudioso da situação de pobreza que “as políticas de austeridade seguidas, a pretexto do acordo assinado com os credores internacionais mas indo muito além do que esses acordos estabeleciam, traduziram-se num recuo dos principais indicadores sociais. Entre 2009 (último ano pré crise e pré medidas de austeridade) e 2013 (último ano de que dispomos dados do INE), a taxa de pobreza aumentou de 17,9% para 19,5%. Este valor reconduz-nos aos níveis de pobreza registados no início do século. De facto, é necessário recuar a 2003 para encontrar um nível de pobreza superior ao verificado em 2013”;
4. Segundo dados do Observatório da Luta contra a pobreza na cidade de Lisboa, o município conta com cerca “852 pessoas sem-abrigo em Lisboa em 2013, de acordo com levantamento efectuado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, realizado dia 12 de Dezembro 2013”. O aumento da população sem-abrigo, afectando cada vez mais pessoas qualificadas e com formação superior resulta das políticas de austeridade que estão a empurrar para o desemprego, a precariedade, a miséria e a pobreza milhares de portugueses;

5. Os principais públicos em situação de pobreza e exclusão social, identificados pela Rede Social de Lisboa, já não são apenas os idosos, as crianças e a população imigrante, a que devem ser acrescidos os trabalhadores e suas famílias, cujos salários já não respondem às necessidades essenciais de subsistência e de habitação, vivência ainda mais crítica por parte de todos os cidadãos em situação de desemprego, mas também pessoas de classe média e média alta;
6. O Observatório de Luta contra a pobreza diz que no concelho de Lisboa e no período 2008-2014, o “número de empresas que concluiu o processo de despedimento colectivo aumentou 276%”. O que pode mostrar o nível do aumento do desemprego no concelho e as suas dramáticas consequências sociais;
7. As dificuldades socioeconómicas traduzem-se também pela dificuldade de acesso a bens e serviços básicos essenciais, como a água e electricidade. E isto, o aumento de 13% de clientes com tarifa social da água é disso um eloquente indicador, bem como o aumento de 70% no nº de pessoas apoiadas pelos centros da AMI em Lisboa., segundo dados do Observatório da Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa;
8. Se a estes indicadores acrescentarmos os 18,4% dos utentes dos cuidados de saúde primária com insuficiência económica, podemos medir a gravidade da situação do aumento da vulnerabilidade social em que se encontram muitos lisboetas, sem esquecer o aumento de 10, 9% de pedidos de habitação municipal em 2013 (3.411 pedidos de habitação municipal em 2013 das quais 2.083 foram homologadas, mais 10,9% que em 2012), cuja tendência foi subindo em 2014 e durante este ano;
9. As medidas adoptadas e apoiadas pela Câmara Municipal de Lisboa se baseiam num regime assistencialista, carente de políticas estruturadas visando a reinserção social, desconhecendo-se, até à data, a estratégia de política social do Executivo Camarário, nomeadamente a sua definição de política municipal de luta contra a pobreza e combate à exclusão social;
10. A definição de pobreza como situação de privação por falta de recursos não contempla os novos pobres da actualidade, excluídos socialmente dada a sua inacessibilidade aos diversos sistemas sociais existentes e cujas medidas não respondem às necessidades;
11. Em todas as formas de exclusão social existem factores comuns de vulnerabilidade, como a instabilidade habitacional ou falta de acesso à habitação, emprego precário ou ausência de protecção social;
12. A criação do Fundo de Emergência Social bem como a sua reformulação posterior não conseguiram responder cabal e eficazmente ao aumento da vulnerabilidade social, fruto do aumento da pobreza em Lisboa, impondo-se

assim, uma alteração da orientação estratégica do combate à pobreza que tome em consideração a necessidade de uma articulação maior dos níveis de resposta;

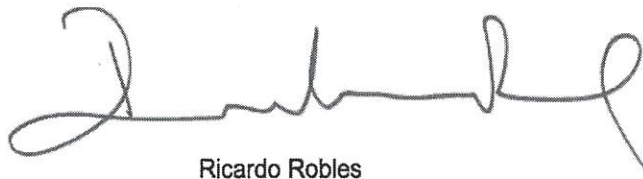
13. A constituição de gabinetes anti-crise já foi adotada noutros concelhos e que, por proposta do Bloco de Esquerda, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão extraordinária de 20 de Janeiro de 2009, deliberou por maioria: “Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a constituição de um Gabinete de Apoio e Resposta à Crise, com a finalidade de proceder ao levantamento exaustivo de todas as situações de pobreza, exclusão social, endividamento de famílias e pequenas empresas, e de propor as medidas susceptíveis de minimizar e de facilitar a resolução de tais situações, incluindo o acompanhamento e encaminhamento dos cidadãos para as estruturas de apoio existentes no concelho, na busca de respostas integradas e inclusivas, com vista à autonomização das populações.”
14. Apesar desta deliberação de 2009, ainda a 18 de Fevereiro de 2014, a bancada do partido socialista na assembleia Municipal de Lisboa decidiu chumbar uma proposta do Bloco de Esquerda que deliberava: “Instar a Câmara para que, em resposta ao agravamento dos níveis de pobreza e aumento da população sem-abrigo na cidade de Lisboa e das situações de exclusão social que constitua o Gabinete de Apoio e Resposta à Crise já aprovado por esta Assembleia em 2009”.

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião ordinária, realizada no dia 13 de Outubro de 2015, delibere:

1. Apelar a Câmara Municipal de Lisboa para que, em resposta ao agravamento dos níveis de pobreza e do aumento da vulnerabilidade social face à degradação dos indicadores de proteção social que adopte políticas globais e articuladas de combate à pobreza capazes de atender na cidade de Lisboa:
 - a. à situação de aumento da pobreza, nomeadamente da pobreza infantil e de pessoas idosas;
 - b. à situação de aumento da população sem-abrigo que vai afectando cada vez mais pessoas de classe média, fruto do desemprego e de falta de casa;
 - c. às situações de dificuldades sociais que se manifestam pelo aumento de dificuldades de acesso aos bens essenciais, como a água e a eletricidade;
2. Constitua o Gabinete de Apoio e Resposta à Crise já aprovado por esta Assembleia em 2009.

Lisboa, 11 de Setembro de 2015

P' Bloco de Esquerda,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ricardo Robles', with a stylized, cursive script.

Ricardo Robles